



Ministério Público do Estado de Rondônia
em defesa da sociedade
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça



Ofício nº 836/2014/GAB-PGJ

Porto Velho, 17 de junho de 2014.

ESTADO DE RONDÔNIA
 Assembleia Legislativa
 24 JUN 2014
 Protocolo: 196/14
 Processo: 196/14 Senhor Presidente,

AO EXPEDIENTE
 Em: 24 JUN 2014
 Presidente

Recebido, Autue-se e Inclua em pauta.
 24 JUN 2014
 1º Secretário

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público, Art. 45, inciso I, nº 39, Lei Complementar nº 93/93 e do Art. 100 da Constituição Estadual, o incluso Projeto de Lei, que dispõe sobre a criação de 10 (dez) cargos para membros de 3ª entrância do Ministério Público do Estado de Rondônia, alterando dispositivo da Lei nº 1603, de 24 de abril de 2006.

A Constituição Estadual, em simetria com a Federal, assegurou ao Ministério Público, Instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado (arts. 97 e 98), autonomia financeira, funcional e administrativa, podendo propor diretamente ao Poder Legislativo Projetos de Lei que visem à criação e à extinção de seus serviços auxiliares e cargos, bem como à fixação de seus vencimentos. Idêntico regramento é o do art. 3º, V, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993.

Oportuno afirmar ao Presidente desse augusto Poder e dignos Pares que a matéria em questão foi devidamente apreciada pelo egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, sendo aprovada em sua integralidade, daí por que o envio à deliberação de Vossas Excelências.

A Sua Excelência o Senhor
 Deputado Estadual **JOSÉ HERMÍNIO COELHO**
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
 N E S T A

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PROTOCOLO GAB. PRESIDÊNCIA
 N. PROTOCOLO: 3.758
 Entrada: 24/06/14
 Saída: 24/06/14
 Nome: [Assinatura]



Ministério Público do Estado de Rondônia
em defesa da sociedade
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça



Os cargos que ora se pretende criar, objeto da inclusa proposição, visam, fundamentalmente, adequar a atividade ministerial ao crescimento do trâmite de processos que aportam nesta Instituição, garantindo, dessa forma, melhor desempenho das funções institucionais pelos seus órgãos de execução.

O Projeto de Lei tem como escopo a reestruturação do quadro efetivo de membros do Ministério Público, amoldando-o à quantidade de processos em trâmite na Instituição, bem como à composição do Tribunal de Justiça, que para adequação aos seus serviços judiciais vem, paulatinamente, elevando o número dos Magistrados e implantado novas Câmaras e Varas.

A reestruturação é medida que se impõe para o bom desempenho das funções institucionais pelos seus órgãos de execução.

Atualmente existem 60 (sessenta) cargos de Promotor de Justiça de Terceira Entrância, dentre eles 58 (cinquenta e oito) preenchidos e 02 (dois) vagos.

Assim, para suprir a demanda da Terceira Entrância, necessária se faz a criação de mais 10 (dez) cargos. A adequação funda-se primordialmente, em instrumentalizar o Ministério Público para a manutenção do bom desempenho das suas atividades institucionais, com maior flexibilidade e rapidez, assegurando, ao Estado, economia e agilidade, e à coletividade, o atendimento a seus anseios constitucionalmente protegidos.

Oportuno reafirmar ao Presidente dessa Assembleia Legislativa e dignos Pares, que os impactos orçamentários e financeiros ocasionados pela matéria em questão estão dentro dos limites existentes, garantida assim sua exequibilidade.

Em relação à despesa, esta será atendida pelas dotações próprias do Orçamento do Ministério Público, suplementadas, se necessário.

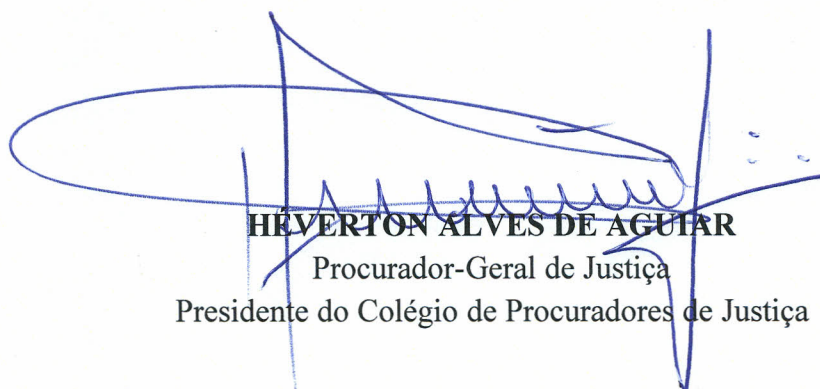


Ministério Público do Estado de Rondônia
em defesa da sociedade
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça



Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente, com a aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

Atenciosamente,



HEVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça



Ministério Público do Estado de Rondônia
em defesa da sociedade
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça



ANTEPROJETO DE LEI _____ DE _____ DE 2014.

Altera dispositivos da Lei nº 1.603, de 24 de abril de 2006.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a alínea “a” do inciso II do Art. 1º da Lei nº 1.603, de 24 de abril de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O quadro efetivo do Ministério Público do Estado de Rondônia é composto de 24 (vinte e quatro) membros de segunda instância e 170 (cento e setenta) membros de primeira, a saber:

(...)

II - em primeira instância:

a) 70 (setenta) cargos de Promotores de Justiça de Terceira Entrância;"

(...)"

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado de Rondônia, suplementada se necessária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em _____ de _____ de 2014, ____º da República.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador